

Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior-General das Forças Armadas

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS



CADERNO DE ENCARGOS

NPD: 2025003957 – Aquisição de equipamento de Tomografia Axial Computorizada para o HFAR-PP

PROCEDIMENTO: Concurso público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP

DESPACHO DE APROVAÇÃO:

Aprovo, ao abrigo da competência conferida pelo Despacho n.º 6700/2024, de 27 de maio de 2024 de S. Ex^a o Ministro da Defesa Nacional, publicado no D.R., 2.ª Série n.º 114 de 14 de junho de 2024, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,

José Nunes da Fonseca
General

26M125



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

ÍNDICE

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Cláusula 1. ^a Objeto do contrato	4
Cláusula 2. ^a Contrato	4
Cláusula 3. ^a Prazo	5
Cláusula 4. ^a Obrigações principais do adjudicatário	5
Cláusula 5. ^a Entrega dos bens objeto do contrato	8
Cláusula 6. ^a Conformidade e operacionalidade dos bens	8
Cláusula 7. ^a Inspeção e Testes	9
Cláusula 8. ^a Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	9
Cláusula 9. ^a Aceitação dos bens	10
Cláusula 10. ^a Garantia técnica e de continuidade de fabrico dos bens	10
Cláusula 11. ^a Objeto do dever de sigilo	12
Cláusula 12. ^a Prazo do dever de sigilo	12
Cláusula 13. ^a Acesso às instalações	12
Cláusula 14. ^a Preço contratual	13
Cláusula 15. ^a Caução	13
Cláusula 16. ^a Condições de pagamento	14
Cláusula 17. ^a Penalidades contratuais	15
Cláusula 18. ^a Força maior	16
Cláusula 19. ^a Resolução de contrato por parte do contratante público	17
Cláusula 20. ^a Resolução de contrato por parte do fornecedor	18
Cláusula 21. ^a Foro competente	19
Cláusula 22. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação	19
Cláusula 23. ^a Comunicações e notificações	19



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Cláusula 24. ^a Deveres de colaboração recíproca e informação	20
Cláusula 25. ^a Outros encargos	21
Cláusula 26. ^a Contagem dos prazos	21
Cláusula 27. ^a Legislação aplicável.....	21
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS	22
Cláusula 28. ^a Enquadramento	22
Cláusula 29. ^a Características e quantidades dos equipamentos	22
Cláusula 30. ^a Instalação e configuração.....	22
Cláusula 31. ^a Visita às instalações	22
Cláusula 32. ^a Prazo de entrega e instalação	23
Cláusula 33. ^a Proposta de manutenção	23
Cláusula 34. ^a Manutenção dos equipamentos	23
Cláusula 35. ^a Formação.....	24

ANEXOS

ANEXO A – CLAUSULADO TÉCNICO



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a ***"Aquisição de equipamento de Tomografia Axial Computorizada para o HFAR-PP"***, cujas condições técnicas específicas se encontram expressas na parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.
2. A aquisição do equipamento inclui a garantia, a instalação, a configuração e a formação a ministrar, bem como a desmontagem, remoção e transporte do equipamento existente.
3. Com a aquisição do equipamento indicado no ponto anterior, fica ainda determinado, embora sujeito a futuras adjudicações, o valor máximo que poderá ser cobrado pelo Adjudicatário pelo contrato de manutenção, durante o período de 15 anos após a garantia.
4. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências determinadas, processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, considera-se acompanhada da menção "ou equivalente".

Cláusula 2.ª

Contrato

1. A execução do contrato obedece:
 - a. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, bem como dos seus anexos;
 - b. Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - c. À restante legislação e regulamentação aplicável.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS



- a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos integrado pelo programa do procedimento;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme n.º 5 do artigo 96.º do CCP.
5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato entrará em vigor após a sua assinatura e deve ser executado no prazo máximo de 90 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias de garantia.
2. O contrato mantém-se em vigor durante o prazo contratual previsto, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, e aceitação dos mesmos pelo contraente público, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, das quais é exemplo a proposta de manutenção.
3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o



adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

1. Fornecer os bens identificados na sua proposta, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais especificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;
2. Prestar garantia aos bens fornecidos, **no mínimo, pelo prazo de três anos** a contar da data da sua aceitação, contra quaisquer não-conformidades ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à reposição dos resultados contratados;
3. Executar o contrato dentro do prazo estabelecido;
4. Entrega dos bens no local elencado na cláusula 5.^a do caderno de encargos;
5. Prestar à entidade adjudicante, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo na pendência da execução do contrato, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo;
6. Obter comprovativo de aceitação dos bens pela entidade adjudicante;
7. Todas as despesas e custos com documentos, assim como os custos e despesas de transporte, inerentes ao objeto do contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.
8. Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a entidade adjudicante tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
9. Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
10. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e credenciações exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;
11. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;



12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
13. Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;
14. Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento dos bens e equipamentos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
15. Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
16. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
17. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
18. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
19. Coordenar com a entidade adjudicante a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante;
20. Todos os encargos relativos à execução do objeto do presente procedimento correm por conta do adjudicatário;
21. Constituem, ainda, encargos do adjudicatário, a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição de cauções se exigidas no presente procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Cláusula 5.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues na morada seguidamente indicada, no prazo e condições constantes da proposta adjudicada e do presente caderno de encargos:

Hospital das Forças Armadas, Polo do Porto
Avenida da Boavista, s/n
4050-113 Porto

2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente, com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 443.º do CCP.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as quantidades e especificações mencionadas na Parte II do presente caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato, bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos, devem ser novos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 441.º do CCP, e prestados em perfeitas condições para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP.
4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Cláusula 7.ª

Inspeção e Testes

1. Efetuado o fornecimento dos bens, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades definidas na encomenda e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, a Entidade Adjudicante deve de isso informar, por escrito, o Adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do objeto de contrato e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.



Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.^a do presente caderno de encargos comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo ao presente caderno de encargos, deverá o Gestor de Contrato comunicar a aceitação dos bens através da certificação da receção em quantidade e qualidade na guia de remessa, fatura ou documento equivalente, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes.
2. Com a certificação da guia de remessa, fatura ou documento equivalente, a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. A certificação da guia de remessa, fatura ou documento equivalente, a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo ao presente caderno de encargos

Cláusula 10.^a

Garantia técnica e de continuidade de fabrico dos bens

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de **três** anos a contar da data da assinatura da certificação referida na cláusula anterior, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.
3. Durante o prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer, imediatamente e à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar o perfeito e normal funcionamento dos bens nas condições previstas.
4. Excetuam-se do disposto no número anterior as substituições e os trabalhos de conservação e de reparação que resultem do uso anormal ou do desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.
5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
6. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a entregar equipamento de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.
7. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva correção.
8. A correção prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante, e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
9. **O material avariado só pode ser substituído por material novo de fabrico.**
10. O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens e os serviços objeto do



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

contrato pelo prazo estimado de vida útil dos mesmos, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis, nos termos do disposto no artigo 446.º do CCP.

Cláusula 11.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação revestidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Excluem-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor responde perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.

Cláusula 12.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **10 anos**, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª

Acesso às instalações

1. A entidade adjudicante define com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

2. O adjudicatário e todos os funcionários que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança que, em cada momento, sejam estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
3. O adjudicatário e todos os funcionários que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança que, em cada momento, sejam estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao segundo outorgante.

Cláusula 14.^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público paga ao fornecedor o **preço definido na proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao transporte, desembaraço, fiscalizações, entre outros.

Cláusula 15.^a

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA;
2. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, em caso de incumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário, e na proporção do incumprimento verificado.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a notificação do HFAR-PP para esse efeito.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 16.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O vencimento das obrigações referidas no número anterior, refere-se ao cumprimento do objeto do contrato nos termos e condições do presente caderno de encargos e demais obrigações técnicas e legais atribuíveis ao fornecedor.
3. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 14-A/2020, de 7 de abril, e Decreto-Lei 104/2021, de 27 de novembro, conjugado com as disposições constantes da Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro que regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica, o cocontratante deve emitir faturas no portal da Faturação Eletrónica na Administração Pública - FE-AP com endereço eletrónico www.feap.gov.pt, em formato eletrónico (EDI) para os contraentes públicos.
4. O HFAR é uma unidade do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA). O EMGFA é um organismo que integra a Administração Direta do Estado, encontrando-se abrangido pelo disposto no ponto anterior. Compete à ESPAP a centralização do processo de adesão à Faturação Eletrónica da Administração Pública (FE-AP). O EMGFA aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
5. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.
6. Toda a faturação deve conter o seguinte remetente:

Hospital das Forças Armadas – Polo do Porto
Avenida da Boavista, s/n
4050-113 – Porto.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

7. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o número do processo de despesa (NPD), o número do Pedido de Compra (PC) e respetivo compromisso orçamental, a descrição do processo e, caso haja lugar a contrato escrito, o número do contrato.
8. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.
9. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 dias.

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1. O incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do objeto do contrato, até 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso;
 - b. Pelo incumprimento na correção de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, ou dever de manutenção, comunicadas por escrito pelo gestor do contrato, até 0,5% do preço contratual por cada defeito ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos;
 - c. Por cada dia de atraso na correção de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, ou dever de manutenção, até 0,5% do preço contratual;
 - d. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 20% do preço contratual ou 30% conforme disposto no número seguinte.
2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.
4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.
3. Não constituem força maior:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo adjudicatário, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo adjudicatário, de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.ª

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente quando a entrega de qualquer bem objeto do fornecimento se atrase por mais de três meses ou o fornecedor declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo, conforme estatuído no n.º 1 do artigo 448.º do CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

seja determinado pelo contraente público, conforme estatuído no n.º 2 do artigo 448.º do CCP.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do fornecedor, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo fornecedor.
4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte do contraente público, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.
5. O contraente público pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao fornecedor de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Resolução de contrato por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d. Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2, do artigo 332.º do CCP.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.
5. Nos termos do artigo 449.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do CCP.

Cláusula 23.ª

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Cláusula 25.^a

Outros encargos

Todas as despesas derivadas da elaboração da proposta, nomeadamente, os custos, despesas e encargos inerentes à prestação do contrato, que engloba as decorrentes do visto do Tribunal de Contas, se aplicável, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.^a

Legislação aplicável

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato aplicam-se as normas do CCP e demais legislações aplicáveis.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 28.ª

Enquadramento

O Hospital das Forças Armadas – Polo do Porto, pretende adquirir um equipamento de Tomografia Axial Computorizada para o HFAR-PP.

Cláusula 29.ª

Caraterísticas e quantidades dos equipamentos

O equipamento a adquirir deverá possuir as características indicadas no Anexo A – Clausulado Técnico.

Cláusula 30.ª

Instalação e configuração

A instalação e configuração dos bens objeto de contrato estão incluídos no preço, assim como todas as ações tidas como necessárias para a operacionalização dos equipamentos e componentes constantes da cláusula anterior.

Cláusula 31.ª

Visita às instalações

Os concorrentes devem agendar visita aos locais de instalação dos equipamentos, para verificação das condições existentes, avaliação de medidas e confirmação dos locais de instalação das unidades, com vista a uma melhor elaboração da proposta. Para tal, devem efetuar os respetivos pedidos através da plataforma eletrónica referida (www.acingov.pt), até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sob pena de os mesmos não poderem ser satisfeitos.



Cláusula 32.^a

Prazo de entrega e instalação

Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados no prazo máximo de 90 dias após a celebração do contrato.

Cláusula 33.^a

Proposta de manutenção

1. Embora não incluído no preço, o concorrente deverá remeter proposta para contrato de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva cobrindo peças, mão-de-obra e deslocamentos, em condições iguais às da garantia.
2. O valor da proposta indicada no número anterior, será um subfactor de avaliação na adjudicação do presente procedimento, de acordo com as condições definidas no Programa do Procedimento.
3. A proposta destinar-se-á ao período de 15 anos após a garantia, com preços fixos ajustáveis em função de índice de inflação e de custos de mão de obra devidamente fundamentados.

Cláusula 34.^a

Manutenção dos equipamentos

1. Para os efeitos previstos na presente cláusula, o adjudicatário fica incumbido de elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da outorga do contrato, um plano de manutenção preventiva detalhado, o qual deverá contemplar, a realização das inspeções ao funcionamento técnico e dos testes técnicos necessários à verificação da conformidade dos equipamentos instalados no âmbito do contrato, nomeadamente:
 - a. As inspeções e os testes técnicos, de acordo com as especificações dos fabricantes e dos instaladores e com as normas e regulamentos aplicáveis;
 - b. As inspeções e os testes técnicos exigidos por lei ou por outras entidades ou instituições (companhias de seguros, designadamente).
2. As tarefas de manutenção preventiva e corretiva obrigam à entrega de dois exemplares dos relatórios das intervenções realizadas, no prazo máximo de 5



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

(cinco) dias, um a ser entregue no Serviço de Instalações e Equipamentos da entidade adjudicante e outro a ser entregue no Serviço de Imagiologia da entidade adjudicante.

3. Em todas as operações de manutenção dos equipamentos instalados, no âmbito do contrato, devem ser observadas todas as normas de higiene segurança e os respetivos regulamentos aplicáveis.

Cláusula 35.ª

Formação

Após instalação e configuração do equipamento, o Adjudicatário deverá, em função do plano de formação apresentado, proceder à formação do equipamento nos seguintes termos:

- a) Para os Médicos e Técnicos, o plano de formação deverá conter 1 período de formação em sala, prévia à utilização clínica, distribuído por grupos máximos de 4/5 elementos, seguidos de formação prática junto ao equipamento em grupos de 4 elementos;
- b) Seguir-se-á, para Médicos e Técnicos, um mínimo de 15 dias de formação e acompanhamento após início de exploração clínica; formação complementar de 10 dias, no mínimo, a definir após seis meses de utilização. Deverá, se necessário e em condições a acordar com o Adjudicatário, incluir formação, com nível elevado de especialização em áreas de interesse para o HFAR-PP;
- c) Deverá haver compromisso do adjudicatário de rever o plano de formação de modo a adequá-lo às necessidades e limitações dos Serviços;
- d) O plano de formação deverá contemplar um apoio frequente durante o primeiro ano de atividade, sem custos acrescidos, garantindo a presença de um especialista pelo menos sempre que haja dificuldades com a qualidade de imagem e sempre que uma nova técnica seja introduzida. Pretende-se com este apoio que se consiga uma rápida estabilização do funcionamento, o que não só favorece o HFAR-PP, mas também o adjudicatário;

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS



- e) Sempre que haja updates e/ou upgrades de software e/ou hardware com alterações significativas de funcionamento com impacto nos utilizadores deve igualmente ser prevista a formação adequada e sem custos;



Anexo A – Clausulado Técnico

1. Especificações técnicas do equipamento - generalidades

- 1.1. O objeto do contrato será o fornecimento de um equipamento de tomografia computadorizada com reconstrução iterativa e redução de dose, com um mínimo de 64 cortes efetivos que permitam a aquisição de um grande número de exames diários, com elevada qualidade diagnóstica.
- 1.2. O equipamento deverá integrar tecnologias automatizadas para aquisição e reconstrução de imagens, garantindo elevada qualidade diagnóstica, redução da dose de radiação e otimização do fluxo de trabalho em diferentes áreas clínicas.
- 1.3. Farão parte dos trabalhos do fornecedor do novo equipamento, os seguintes:
 - 1.3.1. Desmontagem do equipamento atualmente existente, em situação de obsolescência, e sua remoção;
 - 1.3.2. Execução de todos os trabalhos de adaptação necessários para a instalação e utilização do novo equipamento;
 - 1.3.3. Suporte ao licenciamento da instalação.
- 1.4. Todos os custos relacionados com a desmontagem, remoção e transporte do aparelho TAC existente serão assumidos pelo fornecedor, devendo estar incluídos no valor global da proposta.
- 1.5. Deverá suportar aquisições rápidas e eficazes, permitindo a realização de exames em pacientes com IMC elevado, bem como múltiplas aquisições em contextos de urgência.
- 1.6. Dispor de Hardware e software de fluoroscopia direta para procedimentos de radiologia de intervenção guiados por TC.
- 1.7. O equipamento de TC deverá incluir ferramentas de processamento de imagem (na aquisição e em pós processamento) dedicadas às várias áreas clínicas.

2. Especificações técnicas do equipamento – gerador, ampola e detetores



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 2.1. **Item valorizável:** Equipamento com pelo menos 64 fileiras efetivas de detetores com capacidade de reconstrução a 128 cortes ou superior.
- 2.2. **Item valorizável:** Possibilidade de seleção de diferentes espessuras de corte, com espessura mínima igual ou inferior a 0,7 mm;
- 2.3. **Item valorizável:** Tempo de rotação (360°) mínimo $\leq 0.35s$ (valorizando-se tempo de rotação mínimo inferior);
- 2.4. Resolução temporal até 175 ms (não serão considerados valores apresentados com técnicas de aquisição/reconstrução multi-segmentares);
- 2.5. Potência do gerador efetiva de, pelo menos, 72 KW;
- 2.6. **Item valorizável:** Valor de intensidade de corrente máxima efetiva ≥ 600 mA; (valorizando-se superior);
- 2.7. Valor de tensão mínima igual ou inferior a 80 KV;
- 2.8. Valor de tensão máxima igual ou superior a 135 kV;
- 2.9. Capacidade térmica efetiva do Ânodo igual ou superior a 7 MHU;
- 2.10. Capacidade de dissipação térmica da ampola maior ou igual que 1,0 MHU/min;
- 2.11. Largura total de banda de detetores $\geq 3,80$ cm;
- 2.12. Modulação automática de mA em função da região anatômica do paciente;
- 2.13. Modulação automática da dose de acordo com os órgãos radiosensíveis;

3. Especificações técnicas do equipamento – gantry e imediações

- 3.1. **Item valorizável** - Abertura da gantry igual ou superior a 70 cm;
- 3.2. Intercomunicador de alta voz e sistemas de vigilância do paciente;
- 3.3. Sistema luminoso de lasers de localização (sagital e coronal e transversal) para auxílio ao posicionamento do paciente;
- 3.4. Capacidade de inclinação mínima física da gantry de $+20^{\circ}/-20^{\circ}$;
- 3.5. Comandos para controlo manual da mesa e gantry;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 3.6. Possibilidade de visualização da informação do paciente junto à gantry (importante dispor de ecrã tátil e/ou móvel), incluindo dados relativos ao sinal de ECG (se aplicável);
- 3.7. Câmara para deteção de movimentos do paciente (Observação);
- 3.8. **Item valorizável** - Suporte ao adequado posicionamento, ou outro sistema equivalente (valorizável ver-se na consola de aquisição, integrada na gantry).
- 3.9. **Item valorizável** - Câmara de centragem e posicionamento do paciente com posicionamento automático (valorizável baseado em IA).

4. Especificações técnicas do equipamento – mesa

- 4.1. Mesa para paciente com capacidade de carga > 270 Kg (valorizando-se superior);
- 4.2. Mesa com possibilidade de deslocamento longitudinal e vertical;
- 4.3. Capacidade de aquisição longitudinal > 180 cm;
- 4.4. Velocidade de deslocamento longitudinal da mesa > 175 mm/s.

5. Especificações técnicas do equipamento – sistema de aquisição, visualização e processamento de imagem

- 5.1. Monitor de imagem para a consola de comando para visualização de formato mínimo de 19";
- 5.2. **Item valorizável** - Tecnologias de otimização do fluxo de trabalho, incluindo automatismos na seleção dos parâmetros de aquisição e reconstrução de imagem;
- 5.3. Protocolos predefinidos para pacientes adultos e pediátricos otimizados de acordo com a área a examinar, com capacidade de criar novos protocolos;
- 5.4. Tecnologias para realização de exames de baixa dose e rastreio, com Tecnologia Computer Aided Detection (CAD);
- 5.5. Modulação automática da intensidade de corrente, importante com tecnologia para cálculo automático da tensão adequada;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 5.6. **Item valorizável** - Campo de visão máximo real (FOV real) de pelo menos 50 cm (valoriza-se superior);
- 5.7. Tecnologia de reconstrução iterativa no raw data para melhoria da relação sinal-ruído e diminuição de dose de radiação;
- 5.8. Campo de visão máximo real (FOV real) com, pelo menos, 50 cm
- 5.9. **Item valorizável** - Possibilidade de aquisição e reconstrução em matrizes de pelo menos 512x512 (valoriza-se superior);
- 5.10. **Item valorizável** - Capacidade de reconstrução de imagens em modo iterativo igual ou superior a 20 i/s (número de imagens por segundo) em matriz 512x512 (matriz deve ser idêntica à apresentada no ponto anterior);
- 5.11. Algoritmo de reconstrução de imagem para redução dos artefactos metálicos;
- 5.12. Software de monitorização e deteção automática do meio de contraste que permita iniciar a aquisição a partir de um valor pré-determinado, por forma a otimizar os resultados e a eficiência na realização de exames contrastados;
- 5.13. Todos os dispositivos/acessórios necessários para a realização de procedimentos de Radiologia de Intervenção guiada por TC com Fluoroscopia "real time" ou direta. A solução deverá permitir ao Radiologista a realização da totalidade dos procedimentos junto do paciente, em ambos os lados da gantry: aquisição e visualização de imagens, alteração da posição da mesa, alteração das janelas de visualização das imagens, realização de medições e ângulos, entre outras funcionalidades. Solução deve prever um monitor fixado no teto através de braço flexível que permita ao clínico fixar a posição deste sem ter que o segurar fisicamente; Deve ainda incluir um pedal de controlo de disparo e Joystick de controlo posicionável junto ao paciente.
- 5.14. Equipamento deve possuir Antepara de Proteção Radiológica amovível e para uso em qualquer lado da mesa (ainda que seja um acessório) constituída em vidro ou acrílico chumbado com espessura mínima equivalente a 0,5 mm de Chumbo (pb) para procedimento de radiologia de intervenção;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 5.15. Equipamento deve estar apto para futura atualização com inclusão de Software e todos os acessórios necessários para a realização de exames de Score de Cálcio e Angio TC Coronária com sincronização de ECG (ECG gating), sem necessidade de alterações de hardware;
- 5.16. **Opcional – item valorizável:** Inclusão de Software e todos os acessórios necessários para a realização de exames de Score de Cálcio e Angio TC Coronária com sincronização de ECG (ECG gating);
- 5.17. Equipamento deve estar apto para futura atualização com inclusão de Protocolos dedicados para a realização de exames de Score de Cálcio e Angio TC Coronária com possibilidade de modulação da dose de radiação no ciclo cardíaco, sem necessidade de alterações de hardware;
- 5.18. **Opcional – item valorizável:** inclusão de Protocolos dedicados para a realização de exames de Score de Cálcio e Angio TC Coronária com possibilidade de modulação da dose de radiação no ciclo cardíaco;
- 5.19. Equipamento deve estar apto para futura atualização com inclusão de Software de pós-processamento de exames de Score de Cálcio para a quantificação do score de cálcio nas artérias coronárias;
- 5.20. Indicação na consola de aquisição dos parâmetros dosimétricos relevantes para cada exame: CTDI (Computed Tomography Dose Index) e DLP (Dose Length Product);
- 5.21. O equipamento deve integrar um sistema para medição e reporte automático da dose de radiação administrada em cada exame, com capacidade de exportação dos dados para sistemas de monitorização e arquivo, garantindo o cumprimento das normas de segurança radiológica e facilitando o controlo de exposição cumulativa dos pacientes.

6. Especificações técnicas do equipamento – Workstations



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Item valorizável - Duas (2) estações de trabalho (estação de trabalho para pós-processamento) - uma para instalar na sala de TAC e outra para a sala de elaboração de relatórios com as seguintes características:

6.1. Computador com CPU e GPU de última geração de gama alta, com mais de 32 GB de RAM (ddr4 3200 MHz ou superior), disco SSD superior a 4 TB;

6.2. Com monitor medical grade de elevada qualidade e PC, com as seguintes características:

- Tipo de Monitor: Cor (IPS) - DICOM Compliant
- Tamanho do monitor: 24"
- Resolução Nativa: 4k (3840 x 2160)
- Display a cores: 10 bits / Color Gamut (Typ.) sRGB \geq 99%:
- Brilho: 350 cd/m²
- Contraste: 1000:1
- Tempo de resposta inferior a 12 ms (preto-branco-preto)
- Taxa de Atualização Horizontal: \geq 120 Hz

7. Especificações técnicas do equipamento – software

7.1. Software e interface gráfico e menus, em português ou inglês;

7.2. Os softwares apresentados na workstation devem permitir a partilha das licenças noutras workstations equiparadas;

7.3. Software para processamento 2D MPR e MIP (com diferentes espessuras) e técnicas 3D de renderização de volume (VRT, MIP);

7.4. **Opcional – item valorizável:** Software dedicado para o processamento de exames de Oncologia com cálculo da volumetria de lesões;

7.5. Software para processamento de exames de Angiografia por TC com ferramentas para medição de estenoses;

7.6. **Opcional – item valorizável:** Software dedicado para processamento de exames de Score de Cálcio e Angiografia de Coronárias com ferramentas para medição de estenoses;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 7.7. **Item valorizável:** Software para segmentação e reconstrução automáticas dos principais vasos em exames de Angiografia por TC na estação de aquisição ou workstation;
- 7.8. **Opcional – item valorizável:** Software para reconstrução automática da coluna vertebral com detecção, legendagem e reconstrução automáticas das vértebras na estação de aquisição ou workstation;
- 7.9. **Opcional – item valorizável:** Software para reconstrução automática da grelha costal com apresentação de todas as costelas num plano e legendagem automática na estação de aquisição ou workstation;
- 7.10. Software necessário para a realização de procedimentos de Radiologia de Intervenção guiada por TC com Fluoroscopia “real time” ou direta.
- 7.11. Total integração e conectividade com Sistemas de Informação Hospitalar (HIS/RIS/PACS) existentes;
- 7.12. Software deve ser compatível e integrável com DICOM 3.0/HL7 sem encargos adicionais para o Hospital, assegurando as funcionalidades já existentes neste âmbito;
- 7.13. O equipamento deve possuir a funcionalidade DICOM Storage para armazenamento seguro de imagens e dados, assegurando a sua exportação direta para sistemas de arquivo e comunicação de imagens médicas (PACS) em conformidade com os padrões internacionais.
- 7.14. O sistema deverá possuir a funcionalidade DICOM Worklist para a receção e gestão de listas de trabalho de exames, permitindo a transferência automática de dados do paciente e do exame diretamente do sistema de gestão hospitalar (HIS/RIS) para o equipamento.
- 7.15. O equipamento deve possuir a funcionalidade DICOM Modality Performed Procedure Step (MPPS) para o registo automático dos dados dos procedimentos realizados, incluindo tempos de exame, doses administradas e resultados preliminares, garantindo o registo completo e preciso no sistema de gestão hospitalar (HIS/RIS).



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 7.16. O equipamento deve possuir a funcionalidade DICOM Radiation Dose Structured Reporting (RDSR), permitindo o reporte estruturado e detalhado das doses de radiação administradas em cada exame, com capacidade de exportação automática para sistemas de monitorização de dose.
- O sistema deve possuir a funcionalidade DICOM Query/Retrieve para a consulta e recuperação de imagens e dados diretamente do sistema PACS, possibilitando a visualização rápida e segura de informações arquivadas em conformidade com os requisitos de interoperabilidade e segurança.
- 7.17. O equipamento deve possuir a funcionalidade DICOM Print, possibilitando a impressão direta de imagens em dispositivos de impressão compatíveis, mantendo a qualidade e os parâmetros de visualização definidos no exame.
- 7.18. Todas as atualizações de software (updates e upgrades) lançadas pelo fabricante durante o período de garantia deverão ser fornecidas gratuitamente ao cliente.
- 7.19. O licenciamento DICOM é da responsabilidade do adjudicatário, ficando a cargo do adjudicante a integração com o HIS/RIS/PACS, devendo o adjudicatário fornecer o apoio técnico necessário.

8. Qualidade de Imagem - Requisitos

- 8.1. Alta Qualidade de Imagem: resolução espacial no mínimo (considera-se o valor médio apresentado no datasheet sem desvio superior ou inferior) de **14,5 lp/cm** (Pares de Linha por Centímetro) a **2% MTF** (Modulation Transfer Function)

9. Especificações técnicas do equipamento – UPS de socorro

- 9.1. Com o equipamento deverá ser fornecida e instalada uma UPS com capacidade suficiente e capaz de suportar a estação de aquisição (sem interferência no funcionamento do sistema de tomografia e com alarme visual e sonoro) durante o período de transição para a rede socorrida (período de transição ≥ 1 minuto). A instalação será feita em coordenação com o Serviço de Instalações e Equipamentos.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

9.2. O equipamento deve permitir a remoção segura do paciente da mesa de exame em caso de falha total de energia elétrica. Para tal, deve dispor de um sistema de libertação manual da mesa (ou equivalente), que permita o seu deslocamento na eventualidade de interrupção do fornecimento de energia elétrica, garantindo a segurança do paciente e dos operadores.

10. Especificações técnicas do equipamento – Climatização

Com o equipamento deverá ser fornecido e instalado um sistema de climatização por expansão direta adequado à contínua operação do equipamento e com SEER superior a 4,5. A instalação será feita em coordenação com o Serviço de Instalações e Equipamentos.

11. Sistemas de Processamento de Imagem

- 11.1. Plataforma Computacional avançada de aquisição, processamento e pós processamento que permita simultaneamente a aquisição, reconstrução processamento e transferência de informação;
- 11.2. Tecnologia de redução e controlo de dose, nomeadamente de reconstrução iterativa sobre os dados brutos;
- 11.3. Inclusão de métodos de medição, visibilidade, registo e arquivo de valores de dose radiológica;

12. Instalação

- 12.1. Manual de utilizador e manual de serviço, em português, incluídos;
- 12.2. Marca CE Medical Device, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/745 relativo aos dispositivos médicos.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 12.3. Certificação dos equipamentos propostos de acordo com o Dec. Lei n.º 145/2009 de 17 de Junho - Regras a que devem obedecer a investigação, o fabrico, a comercialização, a entrada em serviço, a vigilância e a publicidade dos dispositivos médicos e respetivos acessórios. EN ISO 13485:2016 e Despacho n.º 2945/2019, de 19 de março, CDM INFARMED;
- 12.4. Certificação IEC 60601-1 - requisitos de segurança elétrica e de desempenho para equipamentos eletromédicos.
- 12.5. O adjudicatário deverá proceder à instalação do equipamento proposto, de acordo com as boas práticas de execução e entregar o equipamento em condições de imediato funcionamento, incluindo a realização de todos os testes e ensaios que garantam o seu normal funcionamento.
- 12.6. O fornecedor do equipamento deverá assegurar o cumprimento integral das normas legais e regulamentares aplicáveis, fornecendo toda a documentação técnica necessária à obtenção do licenciamento radiológico, incluindo declarações de conformidade e certificados de segurança. A responsabilidade pela submissão do pedido de licenciamento às entidades competentes e pela obtenção das respetivas autorizações caberá ao adjudicante, com o apoio técnico necessário do fornecedor durante todo o processo.
- 12.7. Adequação do sistema de sinalização luminosa e informativa de emissão de radiação ionizante;
- 12.8. A remoção do equipamento existente deverá obedecer às normas ambientais e de gestão de resíduos em vigor, assegurando o encaminhamento adequado para reciclagem ou destino final autorizado, nos termos da legislação nacional aplicável.
- 12.9. O proponente deverá apresentar um plano detalhado e cronograma para a remoção do equipamento existente, de forma a minimizar interrupções nas operações do serviço de imagiologia.
- 12.10. O fornecedor compromete-se a reparar quaisquer danos nas instalações ou equipamentos adjacentes que possam decorrer do processo de instalação ou remoção.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 12.11. A remoção do equipamento atual deverá ser coordenada com a entidade requisitante, garantindo a articulação necessária para o bom funcionamento dos serviços clínicos afetados.
- 12.12. A desmontagem do equipamento existente deve ser realizada por técnicos certificados, garantindo o cumprimento das normas de segurança e proteção radiológica aplicáveis.
- 12.13. O fornecedor deverá entregar um relatório final que certifique a remoção do equipamento, a conformidade legal e ambiental, e a condição das infraestruturas após a desinstalação.
- 12.14. O prazo para a remoção completa do equipamento existente não deverá exceder 30 dias úteis após a instalação do novo equipamento TAC.

13. Lista de Acessórios

13.1.....Os seguintes acessórios devem ser fornecidos obrigatoriamente com o equipamento:

- 13.1.1. Suporte de Cabeça para explorações axiais;
- 13.1.2. Suporte de pernas;
- 13.1.3. Fitas de segurança com velcro ou similar para fixar várias regiões anatómicas;
- 13.1.4. Almofadas em número adequado para posicionar em segurança o paciente;
- 13.1.5. Suporte de Braço para injeção de contraste intravenoso;
- 13.1.6. Prateleira de apoio fixa na mesa;
- 13.1.7. Intercomunicador entre paciente e operador;

14. Assistência e Pós-venda

- 14.1. Suporte ao licenciamento da instalação junto da ERS;
- 14.2. Entrega no prazo máximo de 90 dias.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- 14.3. Garantia de no mínimo 3 anos incluindo manutenção preventiva e corretiva, cobrindo todas as peças e componentes (p.ex.: detetores e ampola de rx, sem limitação no número de disparos), mão-de-obra e deslocamentos.
- 14.4. Formação e configuração necessária à sua correta utilização e funcionamento, completa, para os utilizadores, incluindo sessões práticas.
- 14.5. Formação inicial e formação contínua (de periodicidade mínima anual, durante o período de garantia), com respetiva certificação.
- 14.6. Entrega rápida de peças críticas em até 48 horas.
- 14.7. Instalação e testes de aceitação, que provem a correta operação do equipamento, de acordo com as especificações;
- 14.8. Garantia de assistência técnica, especializada e em português, durante o período de garantia, em caso de avaria, com resposta em até 24 horas;
- 14.9. **Item valorizável:** Indicação do custo anual (com previsão anual para um período de 15 anos, após o período de garantia) para o contrato de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva cobrindo peças, mão-de-obra e deslocamentos, em condições iguais às da garantia. Implica a apresentação de proposta (não incluída no preço base do procedimento), com validade de 15 anos após a garantia, com preços fixos ajustáveis em função de índice de inflação e de custos de mão de obra devidamente fundamentados.
- 14.10. O fornecedor compromete-se a garantir o fornecimento de consumíveis, peças e acessórios originais ou equivalentes por um período mínimo de 10 anos após o final da garantia do equipamento.

15. Sustentabilidade ambiental

- 15.1. Formação para a otimização da eficiência energética;
- 15.2. Instalação com otimização de eficiência energética;
- 15.3. Fornecimento de instruções de utilização para a gestão de desempenho ecológico;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

15.4. **Item valorizável:** Consumo diário de energia de acordo com o cenário "desligado".
Implica apresentação de relatório de ensaio em conformidade com a SRI (*Self-Regulatory Initiative*) da COCIR (*European Coordination Committee of the Radiological, Electromedical and Healthcare IT Industry*) para equipamentos de imagiologia.

16. Critérios de exclusão

- 16.1. Todas as propostas para equipamentos com estado diferente de novo;
- 16.2. Todas as propostas que não apresentem as características mínimas estipuladas nas alíneas anteriores;
- 16.3. Não observância, quanto aos bens afetados à execução contratual, do Regulamento Europeu dos Dispositivos Médicos 2017/745.